

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Extremo centrão

Apavorado com o impeachment, Bolsonaro abraça o fisiologismo, mas carrega germe da instabilidade

A recriação do Ministério das Comunicações, com a indicação do deputado federal Fábio Faria (PSD-RN), ainda encerra mais dúvidas que certezas. Não se conhecem as reais intenções do presidente da República com o movimento, nem tampouco qual será o resultado do choque entre esse desiderato e seu estilo caótico de governar.

Por um lado, o chefe de Estado evitou repetir o padrão, que já deu reiteradas mostras de fracasso, quer de nomear mais um militar, quer de homenagear a franja de golpistas lunáticos que o bajula.

O Planalto, por outro lado, cogita levar a turma de arruaceiros que fez má fama sob a alcunha de "gabinete do ódio" para a estrutura do novo ministério. O presidente também cometeu a temeridade de colocar na pasta um político que tem ligação pessoal com um grupo de comunicação, o OSBT.

Esses elementos, associados ao temperamento mercurial, à mania de interferir em minudências e à inapetência para tarefas administrativas de Jair Bolsonaro, dão azo a quem aposta num futuro de crises e desgastes para o novo ministério, como aliás ocorre com quase tudo na atual gestão federal.

Avaliado num contexto mais amplo, o convite ao parlamentar do PSD vincula-se à estratégia do governo, iniciada há poucos meses, de abrir as portas da máquina federal a partidos desde sempre asso-

ciados ao chamado toma lá dá cá.

Nenhuma razão de princípio fez o governo, que anunciava uma nova era na política brasileira, correr para os braços do sempre disponível centrão. Foi o pavor do impeachment, desfecho para o qual galopava um presidente cuja quantidade de barbaridades atentatórias aos pilares constitucionais era inversamente proporcional à sua base de apoio no Congresso.

No desespero, Bolsonaro e seus acólitos mandaram às favas promessas de não fazer barganhas no modo tradicional com parlamentares ou de evitar aproximação com políticos que frequentaram as páginas policiais e estão pendurados em investigações de corrupção.

Também enterraram no entulho do estelionato eleitoral a bandeira de restringir a 15 o número de ministérios. Com a ressurgência das Comunicações, eles já somam 23.

A regressão à média, forçada, do bolsonarismo no poder, se de fato ocorrer, não deixará de representar mais um triunfo das instituições republicanas. Elas têm mostrado de forma peremptória os limites da Constituição ante arroubos tresloucados de um aventureiro.

Mas é cedo para dizer que se consolidou um novo eixo no governo e que ele funciona no mínimo como seguro do presidente contra a deposição legal. Bolsonaro carregará consigo o germe da instabilidade enquanto estiver no cargo.

Índios sob ameaça

Novo coronavírus tende a ter efeito devastador entre indígenas, ainda mais sob inação do governo

Uma tragédia em potencial se configura com o avanço do novo coronavírus em terras indígenas, associado à inação do governo Jair Bolsonaro e à histórica precariedade de acesso à saúde desses povos.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma batalha por números, como tem sido praxe no país durante a pandemia. Compilados no boletim epidemiológico da Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, dados oficiais apontam até sexta-feira (12) para 97 mortes por Covid-19 e 2.749 casos confirmados em todo o país.

Entidades indígenas discordam desse quadro. Com base em números coletados diretamente das populações, o Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e as organizações da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil registraram, até quinta (11), 272 óbitos.

As estatísticas oficiais padecem de problemas evidentes como subnotificação por falta de testes — e por não contabilizarem apropriadamente indígenas fora de terras homologadas, no contexto urbano e em áreas mais afastadas. Urge aperfeiçoar os registros para orientar a condução da política pública.

Tal mapeamento, em parte, já foi feito. Estudo do Instituto Socioambiental e da UFMG propôs

em abril um modelo para calcular a vulnerabilidade de povos indígenas ao coronavírus. Concluiu-se que comunidades perto do centro de São Paulo e as de povos ianomâmi em Roraima e no Amazonas são as mais ameaçadas.

Medidas de autoproteção adotadas pelas populações, como barreiras sanitárias, esbarram no avanço do garimpo ilegal e na expansão da fronteira agrícola, impulsionadas pela omissão da política ambiental do governo Bolsonaro.

Outro estudo do ISA e da UFMG mostra um cenário alarmante em especial para os ianomâmi: o entra e sai de garimpeiros em suas terras coloca em risco de infecção por Covid-19 40% da comunidade, ou cerca de 5.600 indígenas.

Além de melhores dados, faz-se necessário fortalecer as estruturas dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, do Ministério da Saúde, para atendimento específico da doença, bem como o fornecimento de testes e equipamentos adequados para suporte respiratório e a contratação temporária de agentes de saúde qualificados.

Difícil alimentar algum otimismo, porém, tratando-se de um governo que ao mesmo tempo nega a gravidade da pandemia e conduz uma política anti-indigenista.



Rinocerontes cinza

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Até o final do século 17, europeus, inspirados por versos do poeta Juvenal, usavam a expressão "cisne negro" para designar uma impossibilidade. Todos os cisnes até então avistados eram brancos.

Não foi sem assombro, portanto, que descobrimos, a partir de relatos de exploradores, que havia cisnes negros na Austrália. O termo passou, então, a designar a falácia lógica da generalização apresada e, de maneira menos técnica, eventos surpreendentes.

Mais recentemente, o escritor Nassim Taleb popularizou a noção de cisne negro como um acontecimento raro, de enormes consequências e que não foi previsto pelos especialistas. Exemplos de cisnes negros incluem a dissolução da URSS, o surgimento da internet e o 11 de Setembro.

A Covid-19 entra nessa lista? Penso que não. Taleb também. Ele preferiu chamá-la de rinoceronte cinza, já que era totalmente previsível. Com efeito, infectologistas afirmavam havia décadas que era

uma questão de tempo até que uma pandemia viral nos atingisse em cheio. Havia dúvidas em relação ao "quando", mas não quanto ao "se".

Há outros rinocerontes cinza. Sabemos que um dia um megateríote vai devastar cidades da costa oeste dos EUA, mas, ainda assim, milhões de pessoas vivem nelas tranquilamente. Sabemos que, se não usarmos antibióticos com mais sabedoria, logo teremos um gigantesco problema com bactérias resistentes. Sabemos que o aquecimento global é uma realidade.

Por que não fazemos tudo o que está a nosso alcance para evitar desastres previstos? Eu receio que o conhecimento intelectual, que é o que a ciência é capaz de oferecer, não seja um grande motivador. Nossos cérebros, afinal, são pré-científicos. É só ver que temos um medo irracional de cobras, que não matam quase ninguém em ambientes urbanos, mas não nos incomodamos em pulgar o exercício nem em comer além da conta, que respondem por um bom pedaço dos óbitos modernos.

Movendo a trave

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Há nove dias, Jair Bolsonaro tomou um helicóptero e percorreu um trajeto que levaria 50 minutos pela estrada. Desembarcou em Águas Lindas de Goiás, sorriu e inaugurou um hospital de campanha erguido com verba federal. "A gente torce para que pouca gente venha para cá, porque é sinal de que não precisa de atendimento", discursou.

O governo desembolsou R\$ 10 milhões na unidade, mas o presidente decidiu sabotar o projeto. Na última semana, ele incitou seus apoiadores a praticar um crime e invadir hospitais pelo país "para mostrar se os leitos estão ocupados ou não, se os gastos são compatíveis ou não".

Depois de menosprezar o coronavírus, insistir num exótico "isolamento vertical", forçar a barra para distribuir cloroquina e maquiagem estatísticas, Bolsonaro passou a inánuar que os governadores inflam o número de mortos para desviar o dinheiro público gasto na pandemia.

Há uma série de investigações sobre essas despesas, mas o presidente não está interessado nelas. A intenção

é lançar novas teorias para substituir aquelas que perderam validade ou foram desmentidas pelos fatos.

Bolsonaro muda o foco do debate para disfarçar sua negligência. Trata-se de uma variação da estratégia de "mover a trave" — metáfora que descreve a alteração contínua das regras e critérios de uma disputa para desqualificar o avanço de um opositor.

O presidente previu menos de 800 mortes na pandemia. Quando os números dispararam, ele chegou a reconhecer o óbvio: "Está morrendo gente? Está". Depois, recuou e passou a fazer campanha para sufocar os dados oficiais sobre as vítimas.

Na economia, Bolsonaro trabalhou para minar medidas de isolamento e alardeou um risco de desabastecimento que não se concretizou. Mudou a tática e alertou para uma onda de saques, que não ocorreu.

Na última quinta (11), o presidente sugeriu que a pandemia é só o pano de fundo de uma briga pelo poder: "Talvez os caras estejam aproveitando as pessoas que falecem para ter algum ganho político", disse. Pois é.

Poesia na ilha

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO Minha bagagem para a ilha deserta está ficando impossível. Agora pedem que eu revele os livros de poetas brasileiros que levarei para lá. Tudo bem, mas desde que não me cobrem por não levar este ou aquele. As ilhas desertas são individuais, ou não seriam ilhas, nem desertas. E permitam-me citar só poetas que já partiram para seus parnosos particulares.

Falando em Parnaso, iriam Olavo Bilac, claro, e o pándego Emílio de Menezes, de quem Oswald de Andrade foi ingrato discípulo. Os simbolistas Cruz e Souza e Alphonsus de Guimaraens. Moura Pedreira, pioneiro do verso livre, com "Histórias do meu Casal" (1906). Hermes Fontes, com "Apoteoses" (1908), vide as piruetas tipográficas de "A Taça". Augusto dos Anjos, com seu "Eu" (1912). Gilka Machado, a maior de todas, com "Cristais Partidos" (1915). Raul de Leoni, com "Luz Meditêrânea" (1922). Ribeiro Couto, com "Poemas de Ternura e Melancolia" (1924). Ronald de Carvalho, com "Toda a

América" (1926). Felipe D'Oliveira, com "Lanterna Verde" (1926). Manuel Bandeira, com "Libertinagem" (1930). Raul Bopp, com "Cobra Norato" (1931). Murilo Mendes, com "História do Brasil" (1932). Augusto Frederico Schmidt, com "Canto da Noite" (1934). E um poeta que nunca precisou publicar: Ismael Nery.

Cecília Meirelles, com "Vaga Música" (1942). Drummond, com "A Rosa do Povo" (1945). Vinicius de Moraes, com "Poemas, Sonetos e Baladas" (1946). Dante Milano, com "Poésias" (1948). Jorge de Lima, com "Invenção de Orfeu" (1952). Ferreira Gullar, com "A Luta Corporal" (1954). Mario Faustino, com "O Homem e sua Hora" (1955). Alphonsus de Guimaraens Filho, com "Sonetos com Dedicatória" (1956). Paulo Mendes Campos, com "O Domingo Azul do Mar" (1958). Cassiano Ricardo, com "Jeremias sem Chorar" (1964). João Cabral de Melo Neto, com "A Educação pela Pedra" (1966).

Não, a poesia não acaba aqui. A mala é que já não quer fechar.

Renda mínima

Marcos Lisboa

Presidente do Inspex, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005). Escreve aos domingos

Existem várias formas de se implementar um programa de transferência de renda que beneficie os mais pobres.

Pode-se garantir uma renda mínima universal para todas as famílias, ou para todas as crianças, e simultaneamente aumentar a tributação sobre a renda. Nesse caso, a classe média e os mais ricos vão pagar maiores impostos, mas também vão receber o auxílio governamental.

Outra opção é tributar menos e garantir a renda mínima apenas para os mais pobres.

Em princípio, ambas as propostas deveriam ser equivalentes, afinal o que interessa para cada família é o saldo líquido entre quanto se recebe de um lado e o que se paga de outro.

O problema é que nosso sistema tributário é repleto de regras que distorcem a organização do setor produtivo. Aumentos atabalhados de impostos podem ampliar a desigualdade, com efeitos colaterais indesejados.

Um exemplo de distorção é a tributação sobre o lucro. No Brasil, confunde-se o tamanho da empresa com o do acionista. Fundos de pensão são acionistas de grandes empresas e o lucro fiscal destinado aos pensionistas é tributado em 34%, mesmo que cada um receba R\$ 10 mil por mês.

Por outro lado, há cotistas de pequenas empresas com renda mensal elevada, às vezes acima de R\$ 100 mil, cujos lucros, graças a regimes especiais, são tributados em cerca de 10%.

O melhor seria, como ocorre na maioria dos países relevantes, reduzir a tributação sobre o lucro das empresas. A renda familiar, incluindo os dividendos, seria tributada progressivamente, descontando-se o imposto pago na empresa.

Essa é uma das muitas distorções, bem mais complexas do que usualmente se supõe. Outro exemplo são os encargos sobre a folha, como a contribuição ao Sistema S que sustenta as representações patronais.

Regras mal desenhadas e obrigações feudais resultam em elevado número de pequenas empresas e de trabalhadores sem carteira, prejudicando o emprego e a produtividade.

Sem uma cuidadosa reforma tributária, aumentos do imposto sobre a renda privilegiariam quem se beneficia de regras especiais e ampliam as distorções da economia, onerando trabalhadores e empresas do setor formal.

Melhor começar transferindo renda só para os mais pobres.

Há anos, existem projetos para aperfeiçoar políticas sociais pouco eficazes ou que não beneficiam as famílias vulneráveis. A proposta inicial do Bolsa Família era ambiciosa, mas houve resistências públicas e seu escopo foi reduzido.

Muito pode ser feito para melhorar a eficiência da política social, reduzir a pobreza e desestimular a informalidade. O sucesso depende de propostas detalhadas que atentem para a complexidade dos problemas.